

ANEXO I – MINUTA DE PROPOSTA

Local e data

À
Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de SÃO LUÍS DO CURU - CE.
Data da abertura: __:__.2022, às 09h.

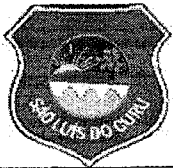
Ref: Tomada de Preços nº _____

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. Senhoria nossa proposta para a execução dos serviços objeto da Tomada de Preços citada, pelo preço global de R\$ _____ (_____), com prazo de execução de 08 (oito) meses, para os serviços.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS E COBERTURA, DIVULGAÇÃO DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS, PLANEJAMENTOS, PROGRAMAS, TEMAS INSTITUCIONAIS, SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA, PROMOÇÃO DE EVENTOS EM EMISSORA DE RÁDIO, E PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE VÍDEOS E EVENTOS AO VIVO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU – CE.

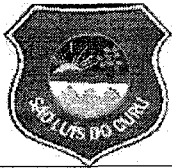
ITEM	DAS ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO RS	VALOR TOTAL RS
01	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE/COMUNICAÇÃO - SERVIÇOS DE GRAVAÇÕES E TRANSMISSÕES - Prestação de serviços de gravações e transmissões de solenidades e/ou eventos, promovidos pela Prefeitura Municipal de São Luís do Curu. As gravações devem ser realizadas por profissional técnico qualificado, onde os equipamentos que serão utilizados nos serviços serão de responsabilidade da contratada, como: filmadora de alta resolução e definição na qualidade da imagem, tripé de sustentação para filmadora e outros equipamentos necessários. Será necessário a contratada fornecer cópia de todo material gravado em mídia digital (DVD), o qual deverá conter o a capa personalizada com Logomarca da Prefeitura Municipal e a especificação com os dados da solenidade e/ou evento, e a data em que ocorreu a gravação, que será apresentada a Contratante; SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS - Prestação de serviços fotográficos das solenidades e/ou eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de São Luís do Curu. Os serviços fotográficos devem ser realizados por profissional técnico qualificado, onde os equipamentos que serão utilizados nos serviços, serão de responsabilidade da contratada, como: câmera de alta resolução e definição na qualidade da imagem, tripé de sustentação para câmera e outros equipamentos necessários. Será necessário a contratada fornecer cópia de todo material gravado em mídia digital (DVD), o qual deverá conter	Mês	08		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal - Estado do Ceará
Gestão 2021/2024



<p>o a capa personalizada com Logomarca da Prefeitura Municipal e a especificação com os dados da solenidade e/ou evento, e a data em que ocorreram os serviços fotográficos, que será apresentada a Contratante; SERVIÇOS DE REPORTAGEM - Prestação de serviços de reportagem, através de profissional técnico qualificado, para atuar nas solenidades e/ou eventos, pela Prefeitura Municipal de São Luís do Curu. As matérias realizadas deverão ser postadas no site da instituição para os cidadãos Curuenses tomarem conhecimento das ações do Poder Executivo. Os equipamentos necessários para a realização do trabalho serão de responsabilidade da Contratada. Conteúdo: acompanhamento ao vivo das solenidades e/ou eventos, agenda e ações do Poder Executivo. O Material produzido deverá ser disponibilizado no site oficial da instituição, facebook, youtube, emissoras de rádio comunitária e comercial local. Os serviços deverá será executado sob a supervisão de um profissional da área com nível superior(Comunicador Social, Publicitário); SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO CONTEÚDO DO SITE - Prestação de serviços para manutenção do conteúdo do site (Facebook, Instagram e You Tube) da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu, realizando diariamente as atualizações necessárias dos eventos, e demais conteúdos exigidos pela lei de acesso à informação, bem como a gestão de tráfego e de segurança na web de páginas oficiais da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu, tais como: Facebook, Instagram e You Tube (cyber segurança contra hackings) junto ao Poder Executivo Municipal de São Luís do Curu; SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO PARA REALIZAR DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES - Prestação de serviços de comunicação para realizar diariamente as divulgações das ações do Executivo em rádio FM, que abranja todo o município de São Luís do Curu; SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE SPOTS - Prestação de serviços de confecção de spots, vinhetas produzidas e gravadas por um locutor profissional em um estúdio de qualidade e com uma música de fundo que tem a finalidade de divulgar os assuntos de interesse da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu; SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO EM CARROS - Prestação de serviços para divulgação das solenidades e/ou eventos e ações da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu. As divulgações deverão ser anunciadas em carros com equipamento de som de qualidade, na sede do Município e demais localidades por ordem da Contratante; SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES - EDIÇÃO DE JORNAIS - Prestação de serviços de captação de informações, elaboração, distribuição, edição de jornais informativos (Papel couché 90kg, 1 Lâmina 4x4 cores), informativo bimestral das atividades do Executivo Municipal. (contendo as ações realizadas pelo), com produção de</p>				
---	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal - Estado do Ceará
Gestão 2021/2024



	10.000 cópias; SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO - EDIÇÃO DE VÍDEOS - Prestação de serviços de captação, produção e edição de vídeos, com câmeras filmadora profissionais e drones, para os canais de comunicação oficiais da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu; SERVIÇO DE CRIAÇÃO, PRODUÇÃO E GRAVAÇÃO EM ESTÚDIO - Prestação de serviços de criação, produção e gravação, por estúdio profissional, por compositores, produtores e cantores profissionais do jingle oficial da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu; CONTRATAÇÃO DE LOCUTOR/APRESENTADOR/CERIMONIALISTA- Contratação de locutor/apresentador/cerimonialista com registro profissional da categoria para a apresentação e animação das solenidades e/ou eventos realizados pelo Poder Executivo de São Luís do Curu.					
--	--	--	--	--	--	--

Declaro, ainda, que caso seja vencedor do presente certame, nos comprometemos a assina o contrato no prazo determinado no documento que cumprirei com diligência a fiel observância de execução dos itens acima discriminados, bem como declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital de licitação e seus anexos.

Identificação:

Endereço:

CNPJ N°

E-mail:

Representante Legal:

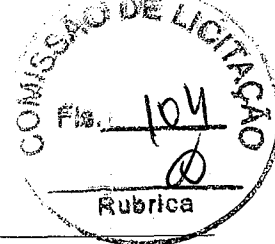
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de Execução Contratual: De acordo com o Edital.

Declaramos ainda que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, tarifas custos e demais encargos que incidam sobre os serviços prestados.

Atenciosamente,

Assinatura, Identificação e Carimbo



**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO
TOMADA DE PREÇOS Nº _____**

CONTRATO Nº _____

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUÍS DO CURU - CE E A
EMPRESA _____, PARA O FIM QUE A
SEGUIR SE DECLARA:**

O Município de SÃO LUÍS DO CURU - CE/, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria de _____, CNPJ nº _____, com sede na Rua Rochacl Moreira, s/n.º - Centro, CEP: 62.665-000 – SÃO LUÍS DO CURU - CE, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Secretário, Sr. Constantino _____, abaixo assinado e a (o) _____, CNPJ nº _____, sito a _____, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____ (qualificação), portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, resolvem firmar o presente contrato, como especificado na cláusula primeira, em conformidade com o Processo Licitatório nº _____, na modalidade Tomada de Preços nº _____, do tipo menor preço, regime de execução indireto, empreitada por preço global, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais legislações pertinentes, cada qual naquilo que couber, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, em conformidade com a Lei 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas e no processo administrativo nº _____, devidamente homologado pela Secretaria de _____ da Prefeitura Municipal de SÃO LUÍS DO CURU - CE/CE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente: >>><<<

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE

3.1. A Contratante pagará a Contratada o valor mensal de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor global de R\$ _____ (_____).

3.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

4. DA VALIDADE, DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

4.1. O Contrato resultante da presente licitação terá validade e eficácia até 08 (oito) meses.

4.2. O prazo de execução do objeto será até 08 (oito) meses.



CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária: _____, Elemento de Despesa: ____ - ____, mediante a utilização de recursos do próprio município.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente após a execução dos serviços, com a devida documentação fiscal.

6.2. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil.

6.3. O objeto será atestado e pago pela Prefeitura municipal nos prazos e na forma estabelecidos na minuta do Termo de Contrato.

6.4. O pagamento será efetuado, em até o 30º (trigésimo) dia, contados da data do recebimento da nota fiscal, diretamente pela Prefeitura municipal.

6.5. Os pagamentos somente poderão ser realizados com a devida apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

6.6. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo.

6.7. É vedada a realização de pagamento antes da entrega do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.8. Se o objeto não for executado conforme condições deste termo, o pagamento ficará suspenso até sua execução regular.

6.9. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

7. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

7.1. Os serviços deverão ser executados, desde que obedecidas todas as normas e prazos contidos no instrumento convocatório, devendo os serviços serem iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, estando a Contratante obrigada a prestar todas e quaisquer informações, se necessário, quanto ao bom cumprimento da obrigação pela Contratada.

7.2. Os serviços deverão abranger toda e qualquer necessidade que assim o departamento demandar quanto à execução dos serviços.

7.3. A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela Contratante.

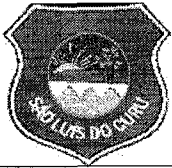
7.4. O recebimento se dará após a verificação das formalidades legais exigidas no presente objeto contratual, assim por servidor designado pela Administração, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias.

7.6. Considerando a rejeição do objeto, a Administração deverá expor suas razões, devendo a Contratada fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.7. A execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, após a assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação



perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

8.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação.

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante).

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual do exercício, por dia de atraso e/ou interrupção na execução do objeto, limitada a 10% do mesmo valor.

b) de 15% (quinze por cento) sobre o valor contratual do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de SÃO LUÍS DO CURU - CE, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos incisos anteriores.

8.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 8.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

8.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao tesouro municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer *jus*. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

8.5. As sanções previstas nos itens supra, poderão ser aplicadas às licitantes que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

8.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 8.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.



9.2. A inadimplência das cláusulas e condi es estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurar    Contratante o direito de d -lo por rescindido mediante notifica o entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

9.3. Os procedimentos de rescisão contratual, determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intima o da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intima o comprovada da decisão rescisória.

9.3.1. Não caberá recurso quando a rescisão contratual for amigável, devendo a mesma ser apenas autorizada e justificada pela autoridade competente.

9.4.   dever da Contratada reconhecer os direitos da Administra o em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei de Licita es.

9.5.   vedada a subcontrata o dos serviços, objeto da presente licita o, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGA ES DA CONTRATANTE

10.1. A Contratante se obriga a proporcionar   Contratada todas as condi es necessárias ao pleno cumprimento das obriga es decorrentes da presente licita o, consoante estabelece a Lei n  8.666/93.

10.2. Fiscalizar e acompanhar a execu o do objeto contratual.

10.3. Providenciar os pagamentos   Contratada,   vista das notas fiscais/faturas devidamente atestadas, pelo setor competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS OBRIGA ES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as condi es e prazos estabelecidos no Edital, contrato e proposta.

11.2. Manter, durante toda a execu o do contrato, em compatibilidade com as obriga es assumidas, todas as condi es de habilita o e qualifica o exigidas na licita o.

11.3. Arcar com eventuais prejuízos causados   Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execu o do contrato.

11.4. Aceitar nas mesmas condi es contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.5. Disponibilizar profissionais capacitados para todo o acompanhamento e execu o dos serviços.

11.6. A Contratada atender  consultas telef nicas, mensagens instantâneas, e-mails, consultas por escrito ou em visita direta   Contratante.

11.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente   contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execu o do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redu o de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder   fiscaliza o ou acompanhar a execu o contratual.

11.8. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execu o contratual, inclusive as obriga es relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legisla o correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execu o contratual.

11.9. Prestar imediatamente as informa es e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indaga es de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



11.10. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo Órgão Contratante, contado da sua notificação.

11.11. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.12. A contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

11.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.14. Manter-se, durante todo o período de vigência do Contrato a ser firmado, um preposto aceito pela Contratante, para representação da Contratada sempre que for necessário e comunicando, por escrito, à Contratante qualquer mudança de endereço ou telefone contato.

11.15. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

11.16. Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto contratual no prazo estabelecido neste termo.

11.17. A Contratada deverá garantir a segurança das informações da Contratante, inclusive quanto ao sigilo das mesmas.

11.18. Enviar relatórios e/ou modelos de documentos necessários, mediante informações do Órgão Contratante.

11.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.20. Utilizar de pessoas com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.21. Prestar mensalmente a execução dos serviços de acordo com as necessidades de Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº _____, Tomada de Preços nº _____, que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á a rigorosa obediência ao Edital e seus anexos, a Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e a proposta de preços da Contratada, parte integrante do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

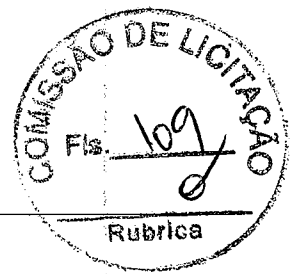
13.1. Fica eleito o foro da Comarca de SÃO LUÍS DO CURU - CE, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro - estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, perante 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, que também o subscrevem.

_____/_____, _____ de _____ de 20____

CONTRATANTE

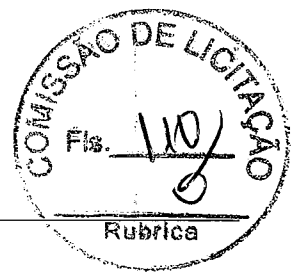
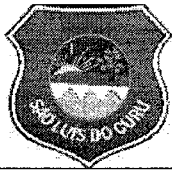
CONTRATADO (A)



Testemunhas:

01. _____
Nome:
CPF:

02. _____
Nome:
CPF:



**ANEXO III – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
TOMADA DE PREÇOS Nº _____**

A (o) _____, inscrita(o) no CNPJ/CPF nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____, e do CPF nº _____, **Declara**, para fins de participação na licitação na modalidade Tomada de Preços nº _____ - Prefeitura Municipal de SÃO LUÍS DO CURU - CE, atendendo ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, em cumprimento ainda ao que determina o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Lei nº 9.854, de 27/10/1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Data:

Representante Legal



ANEXO IV – PROJETO BÁSICO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0804.01/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2802.01/2022

1. DO OBJETO

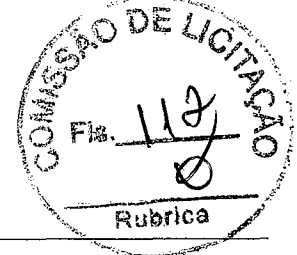
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS E COBERTURA, DIVULGAÇÃO DE AÇÕES ADMINISTRATIVAS, PLANEJAMENTOS, PROGRAMAS, TEMAS INSTITUCIONAIS, SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA, PROMOÇÃO DE EVENTOS EM EMISSORA DE RÁDIO, E PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE VÍDEOS E EVENTOS AO VIVO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU – CE.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

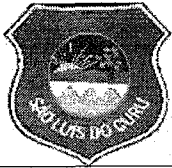
ITEM	DAS ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE/COMUNICAÇÃO - SERVIÇOS DE GRAVAÇÕES E TRANSMISSÕES - Prestação de serviços de gravações e transmissões de solenidades e/ou eventos, promovidos pela Prefeitura Municipal de São Luís do Curu. As gravações devem ser realizadas por profissional técnico qualificado, onde os equipamentos que serão utilizados nos serviços serão de responsabilidade da contratada, como: filmadora de alta resolução e definição na qualidade da imagem, tripé de sustentação para filmadora e outros equipamentos necessários. Será necessário a contratada fornecer cópia de todo material gravado em mídia digital (DVD), o qual deverá conter o a capa personalizada com Logomarca da Prefeitura Municipal e a especificação com os dados da solenidade e/ou evento, e a data em que ocorreu a gravação, que será apresentada a Contratante; SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS - Prestação de serviços fotográficos das solenidades e/ou eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de São Luís do Curu. Os serviços fotográficos devem ser realizados por profissional técnico qualificado, onde os equipamentos que serão utilizados nos serviços, serão de responsabilidade da contratada, como: câmera de alta resolução e definição na qualidade da imagem, tripé de sustentação para câmera e outros equipamentos necessários. Será necessário a contratada fornecer cópia de todo material gravado em mídia digital (DVD), o qual deverá conter o a capa personalizada com Logomarca da Prefeitura Municipal e a especificação com os dados da solenidade e/ou evento, e a data em que ocorreram os serviços fotográficos, que será apresentada a Contratante; SERVIÇOS DE REPORTAGEM - Prestação de serviços de reportagem, através de profissional técnico qualificado, para atuar nas solenidades e/ou eventos, pela Prefeitura Municipal de São Luís do Curu. As matérias realizadas deverão ser postadas no site da instituição para os cidadãos Curuenses tomarem conhecimento das ações	Mês	08	23.984,16	191.873,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal - Estado do Ceará
Gestão 2021/2024



<p>do Poder Executivo. Os equipamentos necessários para a realização do trabalho serão de responsabilidade da Contratada. Conteúdo: acompanhamento ao vivo das solenidades e/ou eventos, agenda e ações do Poder Executivo. O Material produzido deverá ser disponibilizado no site oficial da instituição, facebook, youtube, emissoras de rádio comunitária e comercial local. Os serviços deverá será executado sob a supervisão de um profissional da área com nível superior(Comunicador Social, Publicitário); SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO CONTEÚDO DO SITE - Prestação de serviços para manutenção do conteúdo do site (Facebook, Instagram e You Tube) da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu, realizando diariamente as atualizações necessárias dos eventos, e demais conteúdos exigidos pela lei de acesso à informação, bem como a gestão de tráfego e de segurança na web de páginas oficiais da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu, tais como: Facebook, Instagram e You Tube (cyber segurança contra hackings) junto ao Poder Executivo Municipal de São Luís do Curu; SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO PARA REALIZAR DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES - Prestação de serviços de comunicação para realizar diariamente as divulgações das ações do Executivo em rádio FM, que abranja todo o município de São Luís do Curu; SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE SPOTS - Prestação de serviços de confecção de spots, vinhetas produzidas e gravadas por um locutor profissional em um estúdio de qualidade e com uma música de fundo que tem a finalidade de divulgar os assuntos de interesse da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu; SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO EM CARROS - Prestação de serviços para divulgação das solenidades e/ou eventos e ações da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu. As divulgações deverão ser anunciadas em carros com equipamento de som de qualidade, na sede do Município e demais localidades por ordem da Contratante; SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES - EDIÇÃO DE JORNAIS - Prestação de serviços de captação de informações, elaboração, distribuição, edição de jornais informativos (Papel couché 90kg, 1 Lâmina 4x4 cores), informativo bimestral das atividades do Executivo Municipal. (contendo as ações realizadas pelo), com produção de 10.000 cópias; SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO - EDIÇÃO DE VÍDEOS - Prestação de serviços de captação, produção e edição de vídeos, com câmeras filmadora profissionais e drones, para os canais de comunicação oficiais da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu; SERVIÇO DE CRIAÇÃO, PRODUÇÃO E GRAVAÇÃO EM ESTÚDIO - Prestação de serviços de criação, produção e gravação, por estúdio profissional, por compositores, produtores e cantores profissionais do jingle oficial da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu; CONTRATAÇÃO DE</p>				
---	--	--	--	--



LOCUTOR/APRESENTADOR/CERIMONIALISTA- Contratação de locutor/apresentador/cerimonialista com registro profissional da categoria para a apresentação e animação das solenidades e/ou eventos realizados pelo Poder Executivo de São Luís do Curu.				
--	--	--	--	--

Valor Global Estimado da Licitação: R\$ 191.873,28 (cento e noventa e um mil oitocentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos).

Os preços de referência ora apresentados foram estimados com base nos valores praticados no mercado para o presente seguimento, efetivadas para a verificação no mercado dos preços deste objeto.

3. DAS JUSTIFICATIVAS

3.1. Necessidade de contratação de empresa especializada para publicizar os atos de gestão e ações do poder executivo, aprimorando a transparência, apresentação a sociedade em geral as ações de governo, todavia, o princípio constitucional da publicidade é uma condição *sine qua nom* as diversas ações administrativas visando aproximar a população e poder público.

4. DA MODALIDADE, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, METODOLOGIA E DA EQUIPE TÉCNICA

4.1. Modalidade – Tomada de Preços, Regime de Execução Indireto, Empreitada Menor Preço Global, tudo nos termos da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e legislação complementar.

4.2. Os serviços supõem atuação presencial na sede da contratante, através de visitas *in loco*, à distância e através de outras formas de comunicação, conforme disposições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

4.3. A Contratada deverá acompanhar e assessorar de forma presencial no tempo mínimo indicado e de forma eletrônica nos demais dias úteis, a fim de sanar qualquer dúvida e assegurar que seja realizado os trabalhos dos setores em questão com rigidez e cumprimento da legislação vigente.

4.3.1. Os serviços serão prestados mediante assessoria presencial na sede da Contratante e também por meio de consultoria na sede da contratada, por e-mail ou telefone, sempre que se fizer necessário.

4.3.2. Os serviços deverão ser prestados por equipe Técnica da contratada, composta de profissionais devidamente qualificados, no mínimo 01 (um) profissional publicitário (tecnólogo ou superior), e 01 (um) radialista com registro profissional, tendo em vista a necessidade de análise e aplicação da legislação na execução do objeto.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ELEMENTO DE DESPESAS

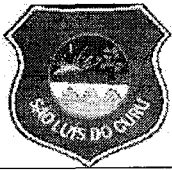
5.1. Dotação orçamentária: Exercício 2022 Atividade 0101.041310002.2.005 Assessoria de Comunicação Social do Município, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica.

6. DA HABILITAÇÃO, DA VALIDADE, DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO E DO REAJUSTE

6.1. As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, em original ou cópia legível autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de Imprensa Oficial, com vigência plena até a data fixada para a abertura dos envelopes — Documentação:

I - Certificado de Registro Cadastral - CRC emitido pela Prefeitura Municipal de SÃO LUÍS DO CURU - CE dentro do prazo de validade e compatível com o objeto da licitação.

II - Relativos à Habilitação Jurídica:

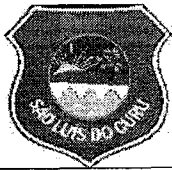


- a) registro comercial, no caso de empresário, e todas as suas alterações (se houver);
- b) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- b.1) os documentos de que trata a alínea anterior, deverão estar acompanhados de todas as alterações salvo-se, se houver consolidação dos documentos;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização, para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de administração em exercício;
- e) documento de identidade (com foto) e prova de inscrição no CPF dos sócios;

III - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF, Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e Contribuições Sociais nos termos das alíneas ‘a’ a ‘d’ do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991), e com a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;
- c.1) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f) as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- f.1) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- f.3) a não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

IV - Relativos à Qualificação Econômico - Financeira:



a) Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social da empresa licitante, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios podendo ser atualizados pelos índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente registrado no órgão competente e assinado por profissional contábil, registrado no Conselho Regional de Conselho de Contabilidade detentor de Certidão de Regularidade Profissional, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b) A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita por meio da avaliação, conforme o caso:

b.1) do balanço referido, cujos índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir, terão de ser maiores que um (>1):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Justificativa: Os índices coadunam-se com o art. 31, da Lei 8.666/1993 e foram estabelecidos em valores razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes.

O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa. O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

Nesse azo, os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 31, §5º, da Lei 8.666/93, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

c) Por Balanço Patrimonial apresentado na forma da Lei, considere-se o seguinte:

c.1) No caso das sociedades por ações, deverá ser apresentado o balanço patrimonial publicado em órgão de imprensa oficial ou conforme dispuser a Lei Federal nº 6.404/76;

c.2) A empresa licitante utilize o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverá trazer o balanço patrimonial autenticado também pela Junta Comercial, conforme entendimento constante no Parecer nº 13/2017 de 22 de agosto de 2017, da lavra do Procurador Autárquico da Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC.

d) Certidão negativa de falência/concordata, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica.



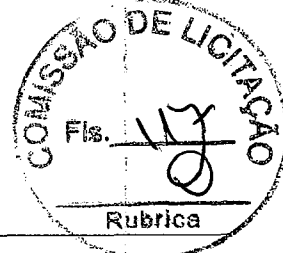
- e) No caso de empresa recém-constituída (há menos de 01 ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura devidamente registrado na Junta Comercial, devendo ser assinados pelo titular ou representante legal da empresa e por contador habilitado.
- f) Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez) por cento do valor global estimado da contratação.

V - Relativos à Qualificação-Técnica:

- a) A licitante deverá comprovar atestado de capacidade técnica para o desempenho de atividade pertinente, atestando que prestou serviços semelhantes e em quantitativos característicos com o objeto da licitação, cujo(s) atestado(s) será(ão) fornecido(s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado.
- a.1) O atestado de capacidade técnica deverá apresentar a descrição completa dos serviços, unidade e quantidades dos serviços, nome e cargo da pessoa que assinou.
- a.2) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- a.3) No caso de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito privado deverá ser apresentado com firma reconhecida do consignante.
- b) Declaração que dispõe de profissionais, equipamentos, todo e qualquer estrutura necessário a execução dos serviços.
- c) Declaração de que a empresa/licitante recebeu os documentos, e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais, horários para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, tudo nos termos do art. 30, III da Lei nº 8.666/93.
- d) Apresentar relação explícita dos equipamentos e dos profissionais necessários a prestação dos serviços, conforme o estabelecido no art. 30, §6º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, contendo também no mínimo: 01 (um) profissional publicitário (tecnólogo ou superior), e 01 (um) radialista com registro profissional, com declaração de disponibilidade assinado por estes para a execução e acompanhamento dos serviços.
- d.1) Os profissionais indicados deverão apresentar certificado, diploma de formação e/ou curso de qualificação profissional.
- d.2) Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social, o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante.
- d.3) No decorrer da execução dos serviços, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

VI - Das Demais Declarações:

- a) declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores.
- 6.2. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- 6.3. A certidão que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão.
- 6.4. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital, salvo nos casos relativos às ME ou EPP (LC 123/2006).



6.5.. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Presidente da Comissão de Licitação poderá suspender a sessão, informando nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.6. Os documentos mencionados acima não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

6.7. Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, grampeados ou encadernados e/ou numerados na ordem prevista neste Edital.

6.8. A Comissão de Licitação não autenticará cópias de documentos exigidos neste Edital.

6.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ preferencialmente, devendo ser observado o seguinte:

6.9.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

6.9.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, cu; se o licitante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

6.9.3. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da Matriz.

6.10. O Contrato resultante da presente licitação terá validade e eficácia da data da sua assinatura até 08 (oito) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei Geral das Licitações.

6.11. O prazo de execução do objeto será até 08 (oito) meses.

6.12. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

7. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA CONTRATANTE

7.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

7.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

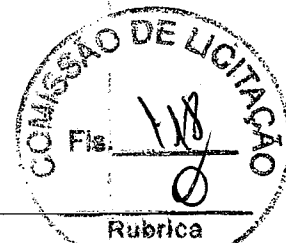
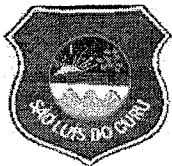
7.3. Providenciar os pagamentos à Contratada, à vista das notas fiscais/faturas devidamente atestadas, pelo setor competente.

8. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DA CONTRATADA

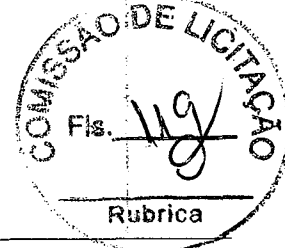
8.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Edital, contrato e proposta.

8.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato.



- 8.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 8.5. Disponibilizar profissionais capacitados para todo o acompanhamento e execução dos serviços.
- 8.6. A Contratada atenderá consultas telefônicas, mensagens instantâneas, e-mails, consultas por escrito ou em visita direta à Contratante.
- 8.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 8.8. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 8.9. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.10. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo fixado pelo Órgão Contratante, contado da sua notificação.
- 8.11. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- 8.12. A contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.
- 8.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.14. Manter-se, durante todo o período de vigência do Contrato a ser firmado, um preposto aceito pela Contratante, para representação da Contratada sempre que for necessário e comunicando, por escrito, à Contratante qualquer mudança de endereço ou telefone contato.
- 8.15. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 8.16. Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto contratual no prazo estabelecido neste termo.
- 8.17. A Contratada deverá garantir a segurança das informações da Contratante, inclusive quanto ao sigilo das mesmas.
- 8.18. Enviar relatórios e/ou modelos de documentos necessários, mediante informações do Órgão Contratante.
- 8.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 8.20. Utilizar de pessoas com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 8.21. Prestar mensalmente a execução dos serviços de acordo com as determinações da Contratante.



9. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

10. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

10.1. Os serviços deverão ser executados, desde que obedecidas todas as normas e prazos contidos no instrumento convocatório, devendo os serviços serem iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, estando a Contratante obrigada a prestar todas e quaisquer informações, se necessário, quanto ao bom cumprimento da obrigação pela Contratada.

10.2. Os serviços deverão abranger toda e qualquer necessidade que assim o departamento demandar.

10.3. A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela Contratante.

10.4. O recebimento se dará após a verificação das formalidades legais exigidas no presente objeto contratual, assim por servidor designado pela Administração, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias.

10.5. Considerando a rejeição do objeto, a Administração deverá expor suas razões sendo a Contratada fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

10.6. A execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, após a assinatura do contrato.

11. DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.

11.2. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurará à Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

11.3. Os procedimentos de rescisão contratual, determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

11.3.1. Não caberá recurso quando a rescisão contratual for amigável, devendo a mesma ser apenas autorizada e justificada pela autoridade competente.

11.4. É dever da Contratada reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei de Licitações.

12. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente após a execução dos serviços, com a devida documentação fiscal.

12.2. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil.

12.3. O objeto será atestado e pago pela Prefeitura municipal nos prazos e na forma estabelecidos na minuta do Termo de Contrato.

12.4. O pagamento será efetuado, em até o 30º (trigésimo) dia, contados da data do recebimento da nota fiscal, diretamente pela Prefeitura municipal.



12.5. Os pagamentos somente poderão ser realizados com a devida apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

12.6. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo.

12.7. É vedada a realização de pagamento antes da entrega do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

12.8. Se o objeto não for executado conforme condições deste termo, o pagamento ficará suspenso até sua execução regular.

13.9. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

13.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação.
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante).

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual do exercício, por dia de atraso e/ou interrupção na execução do objeto, limitada a 10% do mesmo valor.

b) de 15% (quinze por cento) sobre o valor contratual do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de SÃO LUÍS DO CURU - CE, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos incisos anteriores.

13.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 13.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

13.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao tesouro municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou



depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer *jus*. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

13.5. As sanções previstas nos itens supra, poderão ser aplicadas às licitantes que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.7. A licitante adjudicatária que se recusar injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 05 dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

13.8. As sanções previstas no item 13.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

14.0 - CONCLUSÃO

14.1 - O presente PROJETO BÁSICO tem por finalidade estabelecer condições para melhorar o desempenho da Gestão na PREFEITURA MUNICIPAL, para adequação desta Instituição Municipal às atuais exigências impostas.

14.2 - É necessário, por conseguinte, que haja modernização nos sistemas e processos de trabalho, onde as informações exigidas pela legislação.

São Luís do Curu – CE, 08 de abril de 2022.